



ATA DA 334ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2 No dia dois de outubro de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, no auditório
3 da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, realizou-se a 334ª reunião ordinária
4 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Eduardo
5 Mattedi, secretário executivo, presidente em exercício, representante da Secretaria do
6 Meio Ambiente – SEMA. Estiveram presentes pelo Cepam, os conselheiros: Ailton
7 Queiroz Lisboa representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado
8 da Bahia – FETAG; Ana Maria de Lima Santos representante da Secretaria de Infra-
9 Estrutura – SEINFRA; Aurinézio Calheira Barbosa representante do Comitê de Fomento
10 Industrial de Camaçari – COFIC; Debora Fontes de Cerqueira representante da
11 Movimento Ambientalista ECOTERRA; Emídio Souza Barreto Neto representante do
12 grupo Ecológico Humanista PAPAMEL; Iglésias Brasil Cabalero Instituto de Ação
13 Ambiental da Bahia – IAMBA; Irundi Edelweiss representante da Federação das
14 Indústrias do Estado da Bahia – FIEB; Isabel Cristina Ligeiro representante da entidade
15 ambientalista Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental – IDEIA; João Lopes
16 Araujo representante da Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia – AIBA;
17 Josemário Martins da Silva representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
18 Itacaré; José Augusto Saraiva Peixoto representante da entidade ambientalista Grupo de
19 Defesa e Promoção Socioambiental – GERMEN; José Emárcio Bezerra Torres
20 representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia –
21 CREA-BA; José Roberto Pedreira Franco Celestino representante do Sindicato Nacional
22 das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO; James Silva Santos
23 Correia e Laelson Dourado Ribeiro representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e
24 Mineração – SICM; Júlio Cesar Rocha representante da Secretaria de Desenvolvimento
25 Urbano – SEDUR; Lúcia Angelo Machado Mendes representante da entidade
26 ambientalista Projeto Amiga Tartaruga – PAT ECOSMAR; Marcelo Nunes de Abreu
27 representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI;
28 Reinaldo Moreira Dantas representante da Secretaria de Turismo – SETUR; Rogério
29 Mucugê Miranda representante da entidade ambientalista Grupo Ambientalista da Bahia
30 – GAMBÁ; Romeu Temporal representante da Secretaria do Planejamento – SEPLAN;
31 Sueli Abad representante da Associação Cultural Arte e Ecologia – ASCAE; O conselheiro
32 Mattedi cumprimentou a todos e como havia quorum regimental a sessão foi aberta.
33 Registrou os pontos da pauta, tribuna Livre: informações sobre o Encontro Temático
34 sobre Matriz Energética na Bahia e seus resultados e desdobramento, conselheiro Emídio
35 Neto; Poluição do ar em Dias D’Ávila e São Sebastião do Passe – impactos da Caraíba
36 nas comunidades de Lamarão do Passe e Leandrinho, conselheiro Josemário Martins;
37 Desmatamento da Mata Atlântica na região de Itacaré realizada por empreendimentos
38 imobiliários, conselheiro José Roberto Caldas (Zé Pescador); Politização no licenciamento
39 ambiental, conselheiro José Emárcio. O conselheiro Mattedi destacou a realização do
40 evento ocorrido na Fundação Luiz Eduardo Magalhães – FLEM no dia anterior com a
41 presença bastante significativa de 86 prefeitos do Estado dos 155 que aderiram ao
42 Programa de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, bem como a presença do
43 excelentíssimo Governador Jaques Wagner que assinou o Acordo de Cooperação Técnica
44 para descentralização dos municípios; salientou o papel importância do Cepam na
45 atuação desse programa registrou que o conselheiro Aurinézio Calheira representou este
46 Conselho e a Câmara Técnica do GAC; foi citada pelo Governador a pessoa da
47 conselheira Isabel Ligeiro que foi a relatora do processo que fundamentou as discussões
48 da proposta de Resolução para instituição desse programa; disse que considerava um
49 programa com sucesso resultante de um trabalho de uma política estruturante do
50 Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA; falou que o Governador deixou bem claro
51 sua preocupação com a segurança e a função dos municípios ao fazer essa gestão;

destacou o papel importante do Instituto do Meio Ambiente – IMA que dispôs mais de um ano de trabalho juntamente com membros do Cepram para elaboração da lista de tipificação (anexo da Resolução 3925) do impacto local que deixava o Estado da Bahia numa situação bastante confortável mesmo sem a regulamentação do artigo 23 da Constituição; registrou que caberia ao Cepram, por Decreto do Governador, os ajustes necessários a esse anexo; salientou que a FIEB já havia se manifestado com alguns ajustes que deverão ser feitos. Em seguida passou para a Tribuna Livre: o conselheiro José Emárcio retirou sua fala. O conselheiro José Roberto Caldas não compareceu, portanto, não houve sua apresentação, bem como o conselheiro Josemário Martins não se fazia presente naquele momento. O conselheiro Emídio Souza falou do encontro temático sobre matriz energética na Bahia resultado e desdobramento, promovido pela LIGAMBIENTE com o apoio da Prefeitura do município de Ibirataia, além de empresas e comércio local; fez um breve histórico sobre a LIGAMBIENTE; informou que os objetivos dessa entidade era congregar, fortalecer e facilitar a articulação das entidades ambientalistas baianas, bem como promover a criação de novas entidades, realizar capacitação técnica gerencial visando uma ação coordenada que possibilite maior eficiência na defesa do meio ambiente e qualidade de vida da população; disse que os encontros temáticos são definidos como espaço para discussões e diálogos das entidades ambientalistas com a sociedade em geral, com atuação em meio ambiente para tratar de temas específicos; disse que nesse encontro foram feitos levantamento de dados de investimentos e projetos previstos para o Estado da Bahia, com objetivo de conhecer esses projetos, bem como seus impactos positivos e negativos e avaliar a viabilidade dos mesmos do ponto de vista socioambiental com vistas a construção de manifesto das entidades ambientalistas da Bahia por uma matriz energética sustentável e limpa; destacou a participação da OAB, da empresa Renova Energia e o Movimento Termelétrica JAMAIS e foram apresentado de forma geral todas as fontes de geração de energia que existem e depois focado naquilo que cada um tinha mais domínio; também foi lançado a campanha do “tic-tac” com coleta de assinatura e manifestações culturais; formação de grupos de trabalho com temas específicos; por fim falou de algumas deliberações e recomendações, a saber: sobre energia eólica, que o Governo invista em formação técnica especializada e desenvolvimento de tecnologia própria para geração de energia renováveis a exemplo dos países África e Portugal; sobre energia nuclear, existe outras fontes menos perigosas e arriscadas e sua implantação deverá ser feita apenas em último caso quando esgotadas todas as possibilidade de uso de outras fontes; sobre termelétrica, as dúvidas e insegurança quanto as emissões atmosféricas e suas consequências na saúde do planeta, aliadas ao fato de que é um recurso para uso exclusivo emergencial na Bahia resultando em imobilização de recursos, quando poderiam ser investidos em fontes mais limpas e segura, levam a opinião contrária a implantação desses empreendimentos e recomendaram que o Governo destinasse verbas para fonte de geração de energia renováveis; sobre energia solar, a Bahia tem potencial e área para parques desse tipo de energia, e justifica que o alto custo seria o maior adversário para geração de energia renováveis, no entanto, não se media custos e consequências para investimentos para geração de energia a partir de modelos conhecidamente poluidores e de alto risco; sobre energia hidrelétrica, conhecidos diversos casos de rios que morreram após uma grande barragem, bem como populações, patrimônio histórico e arqueológicos que se perderam submersos em águas profundas de barragens construídas sem qualquer responsabilidade social e ambiental, motivados pela urgência de atender o modelo desenvolvimentista, com isso declarava contra a implantação de grandes barragens e mesmo as Pequenas Centrais Hidrelétrica quando permitida devem atender todas as exigências da Lei priorizando os princípios da prevenção e precaução para garantir a integridade dos rios, cachoeiras e belezas naturais; sobre as áreas de proteção de cobertura original e outras formas de vegetação natural, vítimas de setor energético, solicitava as empresas mais transparências, mais informações a população e medidas compensatórias e mitigadoras; por fim, disse que a entidade pretendia realizar um outro encontro até o início de dezembro. Passou para

107 apreciação das Atas da 1ª reunião extraordinária e 333ª reunião ordinária que foram
108 aprovadas por unanimidade. Antes de passar para o relato de processos, o conselheiro
109 Mattedi consultou o plenário, da possibilidade de inversão de pauta, a pedido do
110 conselheiro James Correia representante da SICM, relator dos Processos nºs 2008-
111 007360/TEC/LL-0064 – SAPEAÇU I e 2008-007347/TEC/LL-0063 – SAPEAÇU II
112 referentes à Licença de Localização de Usinas Termelétrica Itapebi e Monte Pascoal no
113 município de Sapeaçu que por motivos de outros compromissos ensejaria apresentar o
114 seu voto naquele momento. O conselheiro Rogério Mucugê disse que, considerando que
115 a pauta era de interesse público solicitou que não houvesse a inversão, para que
116 pudesse dar oportunidade à comunidade em participar das discussões sem desconsiderar
117 a solicitação do relator. A presidência colocou em votação as duas proposições e foram 7
118 votos favoráveis e 05 votos contrários. Após essa votação o conselheiro James Correia
119 apresentou o seu voto com detalhes e informações do projeto proposto pela empresa;
120 ressaltou que por se tratar de um assunto bastante delicado foi bastante discutido e
121 criado um grupo de trabalho com membros integrantes da SICM e apoio do consultor
122 Silvio Oliveira especialista em dispersão de poluentes; salientou não ter se sentido a
123 vontade diante de todas as informações disponíveis para elaborar esse voto, sem levar
124 em consideração todas as questões que permeavam a instalação de uma termelétrica;
125 foi feito um sobrevôo da área para melhor identificar o local proposto para instalação
126 que pudesse dar maiores subsídios para o seu parecer; informou que será realizado um
127 grande seminário sobre matriz energética na Bahia; deram conhecimento dos
128 condicionantes propostos, alguns gerados a partir do resultado das audiências públicas;
129 mostrou fotos do local e falou dos procedimentos acionados pela empresa para
130 regularização das propriedades que sofrerão intervenção locacional. O conselheiro
131 Mattedi informou que a conselheira Isabel Ligeiro recebeu uma comunicação do
132 Ministério Público Estadual sobre o encaminhamento a Secretaria do Meio Ambiente da
133 Recomendação de nº 01/2009, e, apesar dessa Secretaria não tê-la recebido
134 oficialmente, daria conhecimento naquele momento aos conselheiros de seu conteúdo
135 sem prejuízos das discussões; essa Recomendação apresentou várias considerações que
136 estabelecem critérios determinantes e subsídios aos membros do Conselho na análise da
137 proposta de instalação de Localização e Implantação das duas Usinas Termelétrica no
138 município de Sapeaçu, bem como as suas respectivas recomendações, conforme cópia
139 anexa a esta ata, cuja via destinada a SEMA com o respectivo protocolo foram
140 apresentados à mesa. Após conhecimento do Voto e da Recomendação do Ministério
141 Público Estadual, os processos foram colocados em discussão. O conselheiro Emidio
142 Sousa manifestou seu pedido de vistas ao processo para dirimir dúvidas e buscar
143 atender as exigências apresentadas pela Recomendação. O conselheiro José Augusto
144 Saraiva ressaltou que diante dos fatos apresentados era claro a necessidade do governo
145 de trabalhar com uma matriz energética diferenciada e avançar nesse aspecto; reiterou
146 o seu pedido para que tivesse um representante da empresa BAHIA GÁS para apresentar
147 o plano plurianual e demanda de gás no Estado da Bahia; solicitou vistas ao processo. O
148 conselheiro Rogério Mucugê falou que, após conhecimento da Recomendação, do Parecer
149 Técnico do IMA, e considerando muitas questões dentro do EIA que não foram
150 abordados, bem como outras informações necessárias solicitou vistas ao processo. O
151 conselheiro James Correia registrou que fará um convite a todos os segmentos
152 envolvidos para um debate sobre a matéria, principalmente discutir os dados técnicos. O
153 conselheiro Mattedi lembrou a todos que o CEPRAM realizou em 2008 um Seminário no
154 qual foi discutido o tema Matriz Energética e externou uma atitude irresponsável de se
155 discutir a matriz energética no ato de licenciamento de um empreendimento;
156 considerava uma atitude completamente contraproducente; registrou que a Secretaria
157 estava construindo um processo para dinamizar este Conselho sobre o incentivo do uso
158 de energia eólica. A Sra. Elizabeth Wagner esclareceu que as questões colocadas teriam
159 duas vertentes, ou seja, uma atinente ao órgão ambiental e a outra apresentada nessa
160 instância máxima do meio ambiente, o Cepram; referiu-se ao IMA que durante sua
161 gestão várias licenças foram aprovadas pelo Conselho sem nenhuma ação

162 fundamentalista; ressaltou que tinha o maior respeito pela equipe técnica e não teria
163 nenhuma influência nas decisões técnicas por reconhecer a competência técnica dessa
164 equipe; disse que mesmo a área ambiental estaria distante de ser a determinante da
165 matriz energética do país; ressaltou que esta seria a primeira licença que o IMA
166 fundamentava um parecer contrário por razões definidas tecnicamente; lembrou que
167 todas as termelétricas foram discutidas nesse plenário antes da sua aprovação. O
168 conselheiro Josemário Martins retratou que assim como o Estado fazia incentivos de
169 redução fiscais a empresa que pretendiam se instalar no Estado da Bahia, a exemplo de
170 Termelétrica, também deveria aplicar incentivos as empresas com atividades de energia
171 solar e eólica. O conselheiro Iglesias Cabalero fez algumas observações sobre o assunto
172 em questão e retratou a ausência constante do presidente nas reuniões, inclusive dos
173 titulares de outras pastas, para que pudessem vivenciar e oportunizar suas participação
174 com contribuições técnicas; disse que se verificava que a participação, muito rara,
175 acontecia quando o assunto era de muita relevância; disse que considerava o ato de
176 pedido de vistas desse processo uma boa oportunidade para todos reverem seus
177 conceitos e o empreendedor poderá observar as condicionantes sugeridas pelo Ministério
178 Público, identificar se houve falha nas propostas; a equipe técnica do IMA se articulará
179 com os empreendedores para se adequarem aos ajustes apresentados em seu Parecer e
180 os ambientalistas poderão raciocinar em torno de todo material apresentado nesta
181 reunião, bem como aproveitar a proposta feita pelo relator James Correia; sugeriu que a
182 SEMA juntamente com a SICM pudesse promover uma discussão técnica com a
183 finalidade de estabelecer um posicionamento coletivo em relação a quantidade de
184 termelétrica que o Governo Federal destina para implantação no Estado da Bahia, e se
185 seria viável. O conselheiro James Correia sugeriu que as entidades ambientalistas se
186 manifestassem através de pedidos formalizados a SICM para discutir questões
187 ambientais; disse que foi colocada a essas entidades a disponibilidade de recursos para
188 ações votadas a esse tipo de debate. O conselheiro Aurinézio Calheira manifestou seu
189 pedido de vista retratando que o Pólo de Camaçari conta com a maior rede de
190 monitoramento do ar deste país, bastante eficiente tocada pela CETREL e fiscalizada pelo
191 o IMA, poderá muito contribuir nas discussões desse processo. O Conselheiro Irundi
192 Edelweiss manifestou seu pedido de vistas e comentou sobre o problema dos grandes
193 lixões. O conselheiro Ailton Queiroz também compartilhou com o pedido de vistas tendo
194 em vistas a preocupação da FETAG com os trabalhadores rurais daquela região. O
195 conselheiro José Augusto Saraiva ressaltou que esse era o papel do Conselho, discutir a
196 política estadual do meio ambiente e considerava o assunto em questão prioritário. O
197 conselheiro Romeu Temporal registrou que a SEPLAN tinha a incumbência de elaborar o
198 Plano Estratégico do Governo, dentro desse trabalho sistêmico estava contratando o
199 estudo de Zoneamento Ecológico Econômico, sendo que a dimensão de custo para esse
200 trabalho custará cerca de 11 milhões; disse que existia outro grupo de trabalho correlato
201 que estava produzindo um relatório preliminar sobre matriz energética, e considerava
202 oportuno seu engajamento no pedido de vista com propósito de repensar essas
203 questões. O conselheiro Rogério Mucugê passou a palavra ao Sr. Fábio Martins
204 representante do "Movimento Termelétrica JAMAIS" que fez algumas observações
205 quanto aos impactos negativos; sugeriu que as audiências públicas fossem realizadas de
206 forma mais participativa e esclarecedora da real situação; disse que o município
207 precisava de desenvolvimento de forma sustentável. A técnica Liana Neves Nascimento
208 do IMA informou que foram feitas Inspeções técnicas, uma oficina e uma audiência
209 pública; disse que o Movimento estava solicitando uma outra audiência e que o IMA
210 atenderia. O conselheiro José Saraiva comentou que lamentavelmente as políticas
211 públicas retiraram um pouco do prestígio dessa região; passou a palavra ao Sr. Daniel
212 Colina membro integrante do Conselho da Cidade e representante do Fórum de interesse
213 coletivo que se reúne no Fórum Baiano de Imprensa; ressaltou que tomou conhecimento
214 do voto do relator e considerava as questões bastante técnica, mas disse que não ficou
215 claro qual o combustível que será utilizado no equipamento. A Sra. Elisabeth Wagner
216 teceu comentários positivos sobre a atuação do Conselho e a forma que o Secretário

217 Executivo professor Eduardo Mattedi vinha conduzindo os trabalhos; disse que
218 considerava um marco esta reunião que permitiu a formação de um grupo bastante
219 agregado pelos conselheiros que pediram vistas para, juntamente com as comunidades
220 realizar outra audiência pública mais fortalecida. O conselheiro Mattedi ressaltou que
221 além do voto do relator será agregado a Recomendação do Ministério Público que serão
222 tratados com o total envolvimento do IMA, bem como comunicar ao empreendedor
223 dessa Recomendação e o Voto, para que no período que se antecederesse a próxima
224 reunião todos possam buscar providências necessárias e cabíveis que o caso requer. A
225 Sra. Elisabeth Wagner deixou claro que será uma reunião técnica entre os membros que
226 pediram vistas e a equipe técnica do IMA juntamente com as comunidades, essa reunião
227 deverá ser realizada antes do dia 24 de outubro. Dando continuidade a pauta no turno
228 vespertino, assou para os processos diligenciados: 2007-006522/TEC/AIMU-0332 –
229 ALDIR MARIA GRILLO BORTOTI; 2007-000667/TEC/AIMU-0036 – CIMENTO POTY S/A;
230 2007-006731/TEC/AIMU-0345 – PORTO BUSCA VIDA RESORT; 2006-006911/TEC/AIMU-
231 0316 – MJJ EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA permaneceram em diligência devido
232 ao tempo insuficiente para o adequado atendimento. Passou para os processos novos:
233 2006-007853/TEC/AIAD-0547 – DARILO CARLOS DE SOUZA referente a aplicação de
234 advertência pela não apresentação das exigências legais, conselheiro relator Eunápio
235 Ladeia que apresentou voto com pedido de diligência para informações documentais.
236 Processo nº 2007-007906/TEC/AIEM-0026 – GULLIVER EMPREENDIMENTOS
237 IMOBILIÁRIOS LTDA referente ao auto de infração de embargo temporário sobre a
238 construção de muro em área de Preservação Permanente do Rio Passa-Vaca, conselheiro
239 relator José Augusto Saraiva que apresentou voto solicitando diligência para
240 complementação de documentos recebidos após convocação da reunião. O Processo nº
241 2008-012600TEC/LL-0101 – RODOBENS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A referente à
242 localização de um Complexo imobiliário, Terra Nova, município de Feira de Santana,
243 Bahia, conselheiro relator Paulo Sergio foi adiado por não comparecimento do
244 conselheiro. Processo nº 2008-011376/TEC/LI-0066 – DOW AGROCIENCES INDUSTRIAL
245 LTDA referente a implantação de Usina de secagem e processamento de sementes de
246 milho, conselheiro relator João Lopes que apresentou voto favorável a concessão da
247 licença. O conselheiro Mattedi colocou em discussão e foi aprovado por unanimidade.
248 Passou informações sobre a Conferência Estadual de Saúde Ambiental. O conselheiro
249 Mattedi falou sobre a agenda da Conferência de Saúde Ambiental e informou o site para
250 acesso. Kitty Tavares fez algumas observações sobre as reuniões da Comissão
251 Organizadora Estadual dessa Conferência. O conselheiro Emídio Souza fez uma
252 recomendação sobre os licenciamentos concedidos pelo IBAMA aos empreendimentos na
253 região de Ipiaú de qualquer forma. O conselheiro Josemário Martins falou sobre a
254 conferência intermunicipal de saúde ambiental em São Sebastião do Passé; solicitou
255 informações sobre o andamento do projeto para transposição do Rio São Francisco. Kitty
256 Tavares registrou que poderia ser apresentado na próxima reunião essas informações,
257 bem como o que estava sendo discutido nas reuniões do Comitê da Bacia do São
258 Francisco. A conselheira Isabel Ligeiro falou sobre a Resolução GAC que considerava uma
259 Resolução séria, pois consolida a legislação federal e estadual em seu texto, sem perder
260 de vista a autonomia dos municípios, que para sua elaboração contou com a participação
261 de um grupo de trabalho, com 03 advogados ambientalistas, Pablo Vilanueva e Larissa
262 Cayres, além dela própria, que a elaboração da Resolução foi bastante participativa,
263 contando inclusive com a presença e contribuição de Promotores Públicos, que tem
264 conhecimento de informações equivocadas sobre a aplicação da Resolução, mas que
265 cabe aos conselheiros, principalmente aqueles da Câmara Técnica conhecerem o seu
266 conteúdo para dirimirem as possíveis dúvidas. Kitty registrou que a ASCAE manifestou
267 interesse em participar da Câmara Técnica da Gestão Ambiental Compartilhada. O
268 conselheiro Mattedi agradeceu a presença e disponibilidade de todos. Sem mais nada a
269 ser discutido, a sessão foi encerrada às 15h30. Eu, Eliuda Soares Costa dos Santos lavro
270 esta Ata que vai assinada por mim e os demais integrantes deste Conselho. Salvador, 02
271 de outubro de 2009.

272 **Presentes:**
273 **Membros do CEPRAM:**
274 Eduardo Mattedi, secretário executivo – SEMA
275 Ailton Queiroz Lisboa – FETAG
276 Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA
277 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC
278 Debora Fontes de Cerqueira - ECOTERRA
279 Emídio Neto - PAPAMEL
280 Iglésias Brasil Cabalero – IAMBA
281 Irundi Edelweiss - FIEB
282 Isabel Cristina Ligeiro – IDEIA
283 James Silva Santos Correia – SICM
284 João Lopes – AIBA
285 Josemário Martins da Silva - STI
286 José Augusto Saraiva Peixoto – GERMEN
287 José Emárcio Bezerra Torres – CREA-BA
288 José Roberto Pedreira Franco Celestino – SINAENCO
289 Júlio Cesar Rocha – SEDUR
290 Laelson Dourado Ribeiro – SICM
291 Lúcia Angelo Machado Mendes - Projeto Amiga Tartaruga – PAT ECOSMAR
292 Marcelo Nunes – SEAGRI
293 Reinaldo Moreira Dantas – SETUR
294 Rogério Mucugê Miranda – GAMBÁ
295 Romeu Temporal - SEPLAN
296 Sueli Abad – ASCAE
297 **Representantes do IMA:**
298 Elizabeth Wagner
299 Marcia Cristina Telles
300 Pedro Moreira
301 **Secretaria Executiva:**
302 Celeste Simões
303 Eliuda Sares
304 Jader Silva
305 Vanessa Arduina
306 Kitty Tavares
307 Mariama Bordim